



SIMULADÃO GUARDA OLINDA-PÉ



Texto

Com a premissa de que todo o poder emana do povo prevista na Constituição Federal de 1988, a nação brasileira enquadra-se na categoria de Estado Democrático de Direito. Suas principais características são soberania popular; da democracia representativa e participativa; um Estado Constitucional, ou seja, que possui uma constituição que emanou da vontade do povo; e um sistema de garantia dos direitos humanos.

Como o nome sugere, a principal ideia da categoria é a democracia. Esse conceito está explícito e explicado no primeiro artigo da Constituição Federal de 1988. Está na Carta Magna: "Todo o poder emana do povo (isso significa que vivemos em uma República), que o exerce por meio de representantes eleitos (esses são os termos de uma democracia indireta, por meio das eleições de vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e presidentes) ou diretamente, nos termos desta Constituição (este trecho estabelece que, no Brasil, também funciona a democracia direta, em que o povo é o responsável direto pela tomada de decisões)".

Conceitos

Para entender o conceito, é necessário compreender o que significa "democrático", segundo o professor e mestre em direito constitucional Edgard Leite. Ele explica que essa palavra por si só concentra todo o significado da expressão. É justamente por isso que um Estado de Direito é totalmente diferente do Estado Democrático de Direito.

"Resumidamente, no Estado Democrático de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo, respeitando-se a dignidade da pessoa humana", afirmou Leite. Já o Estado de Direito é pautado por leis criadas e cumpridas pelo próprio Estado. Um exemplo, segundo o professor, é o Código Penal Brasileiro, um decreto-lei de 1940. "Isso ocorre em uma ditadura militar, por exemplo, quando o governante dispõe de instrumentos como o decreto-lei, por meio do qual ele governa ainda que sem a aprovação do Congresso Nacional."

Origem do conceito

A ideia de democracia surgiu na Grécia antiga junto ao conceito de cidadão ativo. "Foi quando surgiu a democracia direta. O cidadão ativo ateniense era aquele que poderia exercer poderes políticos. Naquela época, eram apenas homens livres com posses, que se reuniam em praça pública e decidiam os rumos da cidade-estado", explicou o especialista.

(Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/10/entenda-o-que-e-o-estado-democratico-de-direito>>
Acessado em: 13 de mar. de 2019 - com adaptações)

QUESTÃO 1

Conforme as ideias apresentadas no texto, é CORRETO afirmar que o Estado Democrático de Direito:

- Restringe-se a uma reflexão filosófica sobre a atividade político-partidária.
- Iguala-se aos hábitos eleitorais aos quais a população está subordinada.
- Pode ser entendido como o estado em que o povo exerce o poder.
- Refere uma prática política anacrônica oriunda da Grécia antiga.

QUESTÃO 2

Conforme o que se enuncia no segundo parágrafo do texto, é CORRETO afirmar somente que:

- Em uma democracia indireta o povo não elege seus representantes políticos.
- O povo pode tomar diretamente suas decisões por meio de seus representantes.
- A eleição de senadores e deputados, por exemplo, contradiz o conceito de República.
- O conceito de República está diretamente ligado ao fato de o poder provir do povo.

QUESTÃO 3

A palavra "democrático" recebe acento gráfico pela mesma regra que:

- sensível
- água
- típico
- daí

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa em que a palavra entre parênteses substitui a palavra destacada sem prejuízo para a correção gramatical nem para o sentido do texto.

- "Com a premissa de que todo o poder EMANA (exalta) do povo prevista na Constituição [...]"
- "Suas principais características são SOBERANIA (sabedoria) popular; da democracia [...]"
- "Como o nome sugere, a principal ideia da CATEGORIA (conceito) é a democracia."
- "Já o Estado de Direito é PAUTADO (orientado) por leis criadas e cumpridas pelo próprio Estado."

QUESTÃO 5

A palavra QUE destacada pode ser classificada como pronome relativo somente no item:

- "[...] possui uma constituição QUE emanou da vontade do povo [...]"
- "[...] isso significa QUE vivemos em uma República."
- "[...] este trecho estabelece QUE, no Brasil, também funciona a democracia direta."
- "Ele explica QUE essa palavra por si só concentra todo o significado da expressão."

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão CORRETAMENTE grafadas.

- No correr de milênios, as formas de convivência humana foram sendo modificadas, em decorrência de múltiplos fatores, entre os quais a percepção da necessidade de um governo do grupo social que definisse e implantasse formas de organização que fossem benéficas para todos os componentes do grupo.
- Em decorrência, acabaram sendo definidas as classes sociais privilegiadas, e as necessidades e os objetivos específicos das pessoas e dos segmentos sociais inferiores foram sendo postos em plano secundário.
- Chegou-se ao extremo de seu desprezo e sua denegação quando isso fosse considerado necessário ou conveniente para os segmentos superiores.
- Com o passar do tempo e a afirmação de lideranças sociais, foi ocorrendo uma degradação dos princípios fundamentais que levaram à organização da convivência, e os que assumiram o governo da sociedade foram colocando seus interesses como prioritários.

QUESTÃO 7

Assinale a única alternativa em que as regras de concordância nominal e verbal foram inteiramente respeitadas:

- a) E assim foram sendo definidos os direitos das pessoas, concebidos primeiramente como direitos individuais.
- a) Um posterior avanço ocorrido, de grande importância, gradativamente culminariam com o reconhecimento, a definição e a busca de implantação dos direitos sociais.
- b) Com a ampliação das reservas florestais, das explorações agrícolas e da mineração em decorrência da incorporação de territórios coloniais, configuram-se a Revolução Industrial.
- c) Assim foram incorporados aos objetivos do Estado o interesse de novo segmento social, a burguesia, ficando ainda muito distante o atendimento das aspirações e das necessidades básicas de grande parte da população.

QUESTÃO 8

O sinal indicativo da ocorrência de crase está corretamente empregado somente no item:

- a) Um *Estado Democrático de Direito* se estabelece pela à representação política.
- b) Abrir mão de seu direito político, pode levar o povo à tirania e ao sofrimento.
- c) Poder popular não se refere à *eleições*, mas a representatividade política.
- d) Cabe aos representantes do povo exercerem à legítima vontade da nação.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa cujos sinais de pontuação foram corretamente empregados:

- a) Assim, portanto, além do imperativo ético e jurídico do respeito à Constituição, existe a exigência de respeito aos compromissos assumidos em âmbito internacional.
- b) Os direitos sociais são direitos fundamentais da pessoa humana, consagrados na Constituição brasileira e também em instrumentos jurídicos internacionais que o Brasil se comprometeu juridicamente, a respeitar e efetivar.
- c) É importante considerar a perspectiva de que deixando de cumprir as obrigações jurídicas constantes de sua própria Constituição ou de compromissos internacionalmente assumidos, o Brasil seja enquadrado entre os mais atrasados com relação aos direitos humanos.
- d) Sem cumprir essas obrigações jurídicas, pode ainda ser mesmo acionado em Tribunais internacionais, se persistirem as lamentáveis e desmoralizantes investidas, vergonhosas e inconstitucionais –, contra os direitos sociais.

QUESTÃO 10

No trecho: "*Projeções sobre o impacto do clima no fluxo de rios têm sido calculadas há décadas*", os termos destacados exercem, respectivamente, a função sintática de:

- a) Sujeito, predicativo do sujeito.
- b) Agente da passiva, adjunto adnominal.
- c) Núcleo do sujeito, adjunto adverbial de tempo.
- d) Objeto direto, complemento nominal.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÃO 11

Em uma turma com 45 alunos sabe-se que 8 alunos gostam de Matemática e Português, 25 alunos gostam de Matemática e 15 alunos gostam de Português. A quantidade de alunos dessa turma que não gosta de nenhuma das duas disciplinas é de:

- a) 11
- b) 12
- c) 13
- d) 14

QUESTÃO 12

Numa escola 75 estudantes gostam de matemática, 53 gostam de geografia e 26 gostam das duas disciplinas. Nessas condições, o total de estudantes que gostam de somente uma das duas disciplinas é igual a:

- a) 76
- b) 66
- c) 49
- d) 27

QUESTÃO 13

Paulo, ao comprar dois livros, pagou com três cédulas de R\$ 20,00 e recebeu de troco uma cédula de R\$ 5,00, três cédulas de R\$ 2,00 e duas moedas de 25 centavos. Como o preço de cada livro era o mesmo, é correto afirmar que cada livro custou

- a) R\$ 23,75.
- b) R\$ 24,25.
- c) R\$ 24,75.
- d) R\$ 25,25

QUESTÃO 14

O preço do litro de determinado produto de limpeza é igual a R\$0,32. Se um recipiente tem a forma de um paralelepípedo retângulo reto, medindo internamente 1,2 dam x 125 cm x 0,08 hm, então o preço que se pagará para encher esse recipiente com o referido produto de limpeza será igual a:

- a) R\$ 3,84
- b) R\$ 38,40
- c) R\$ 384,00
- d) R\$ 3.840,00
- e) R\$ 38.400,00

QUESTÃO 15

No quadro de funcionários de uma empresa constam 360 funcionários, sendo 55% mulheres. Da quantidade de homens, aproximadamente, 45% tem ensino superior completo. O número de funcionários homens que não possuem ensino superior completo é de, aproximadamente:

- a) 72 homens.
- b) 73 homens.
- c) 89 homens.
- d) 90 homens.

HISTÓRIA DE OLINDA-PE

QUESTÃO 16

Em 2023, Recife completou 486 anos e Olinda, 488. Sobre a fundação de Olinda, analise os itens a seguir.

- I. A imprensa anualmente comemora o aniversário de Olinda e faz-se menção ao mês março de 1535.
- II. Segundo alguns historiadores, a vila de Olinda já existia antes de sua publicação. Segundo a narrativa oficial, o local sido fundado logo após a chegada de Duarte Coelho em Pernambuco, em 9 de março de 1535.
- III. Fundada em 1535 por Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, Olinda foi oficialmente reconhecida como vila em 12 de março de 1537.
- IV. Olinda foi oficialmente reconhecida como vila em 12 de março de 1537. Nesta data, a cidade festeja toda sua riqueza histórica e cultural desde seu surgimento.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I.
- c) Apenas II e IV.
- d) I, II e III.
- e) Apenas III e IV.

QUESTÃO 17

Sobre a origem do nome de Olinda, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Antes da chegada dos portugueses, a região do atual estado de Pernambuco era habitada por indígenas tabajaras e caetés.
- b) A antiga denominação de Olinda era Marim.
- c) Olinda chamava-se Marim, corruptela de "Mirim" em alusão ao Rio que cercava o local.
- d) Olinda chamava-se Marim, palavra supostamente de origem indígena, corruptela de "Mirim" (pequeno, pequena).
- e) Há uma versão para o nome Marim, ligada a Mayr, que seria a expressão usada pelos indígenas para denominar os franceses.

QUESTÃO 18

Sobre a biografia e administração de Brites de Albuquerque, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Brites de Albuquerque era esposa do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho.
- b) Sua gestão foi desastrosa, não merecendo nenhum destaque no cenário político e história de Pernambuco.
- c) Duarte Coelho morreu em Portugal em 1554, dona Brites permaneceu em Pernambuco e morreu em 1584. Era chamada de Capitoa e considerada a mãe de Pernambuco.
- d) Brites assumiu o comando da capitania pela primeira vez quando Duarte Coelho precisou regressar a Portugal. Ela governou com a ajuda de seu irmão, Jerônimo de Albuquerque.
- e) Brites assumiu o governo da Capitania quando ele morreu, em 1554, e governou até 1560, enquanto os filhos estudavam em Portugal.

QUESTÃO 19

O Forte de São Francisco ou Forte do Queijo, em Olinda-PE, foi construído pelo engenheiro Cristóvão Álvares, em pedra e cal. Sobre o contexto histórico deste forte em Olinda, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Olinda estava, na primeira metade do século XVII, fortificada por meio de uma paliçada situada ao longo do litoral da parte habitada, mesmo assim não se encontra representada em estampas da época.
- b) Ora o chamavam Forte do Queijo, outras vezes de São Francisco ou ainda, de maneira contumaz, de Quebra-Pratos. De pedra e cal, foi construído pelo engenheiro Cristóvão Álvares.
- c) Em 1781 era uma construção arruinada. Depois desse ano foi reconstruído.
- d) No princípio do século XIX foi restaurado pelo então governador Caetano Pinto Montenegro, tomando daí em diante o nome de Forte do "Montenegro".
- e) No extremo sul dessa cerca se encontrava um reduto, a Guarita de João Albuquerque.

QUESTÃO 20

A Guerra dos Mascates, no princípio do século XVIII, analisada segundo uma perspectiva econômica, pode ser interpretada como um:

- a) Episódio na luta para a consolidação dos holandeses no domínio da exploração dos engenhos.
- b) Conflito entre colonos produtores de açúcar e comerciantes reinóis favorecidos pelo monopólio comercial.
- c) Esforço realizado pelos brasileiros com vistas à penetração das terras situadas no Norte.
- d) Momento de disputa entre portugueses e brasileiros para o domínio do comércio das drogas do sertão.
- e) Choque ocorrido entre duas frentes expansionistas em conflito no interior do Nordeste: a dos bandeirantes e a dos baianos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 21

De acordo com o texto constitucional pátrio em vigor, assinale a alternativa na qual consta um crime imprescritível.

- a) Prática de tortura.
- b) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) Terrorismo.
- d) Ação de grupos armados contra o Estado Democrático

QUESTÃO 22

Conforme os ditames de nossa Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, marque o item que traz uma ação gratuita.

- a) Mandado de segurança.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de injunção.
- d) Mandado de segurança coletivo.

QUESTÃO 23

Com relação aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na CF/88, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos, mas não em obrigações, nos termos da Constituição.
- b) Por ser a liberdade de pensamento livre, o anonimato é permitido, a fim de resguardar a vida privada do sujeito.

- c) Flagrante delito, desastre natural e prestação de socorro são algumas das hipóteses que permitem a flexibilização da garantia de inviolabilidade do domicílio.
- d) Sigilo e anonimato são trabalhados na Constituição como sinônimos. Para resguardar a garantia do sigilo, deve ocorrer o anonimato.

QUESTÃO 24

Nos termos da Constituição Federal, quanto aos direitos fundamentais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) O Estado assegura, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos até os seis anos de idade.
- c) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa na qual figura pena NÃO admitida em nossa vigente ordem constitucional.

- a) Banimento.
- b) Perda de bens.
- c) Interdição de direitos.
- d) Restrição da liberdade.



QUESTÃO 26

A respeito do controle da administração pública e de acordo com a doutrina de Direito Administrativo em relação aos meios de controle, é correto afirmar que a denominada supervisão ministerial ou tutela administrativa:

- a) é um exemplo de controle administrativo de mérito.
- b) ocorre no âmbito da mesma pessoa jurídica.
- c) decorre do poder hierárquico, em razão do escalonamento vertical entre autoridade superior e subordinado.
- d) é também designada como controle finalístico.

QUESTÃO 27

O estudo da Organização Administrativa está relacionado a estruturação do próprio Estado no exercício da função administrativa. Sendo assim, a Administração Pública se divide em Administração Pública direta e indireta.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concentração é distribuição interna de competências que ocorre dentro da mesma pessoa jurídica. Com a concentração cria-se órgão público.
- b) Quando a Administração Pública direta cria pessoas jurídicas especializadas para a transferência da prestação de determinados serviços, diz que há a centralização.
- c) O objetivo da descentralização é proporcionar maior eficiência à prestação de serviços públicos, uma vez que ela será realizada por entes especializados, que se dedicarão, de forma específica, àquela finalidade.
- d) A descentralização mediante outorga ocorre quando o Estado, mediante ato ou contrato, transfere a um particular a execução de determinado serviço público.

QUESTÃO 28

No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA acerca dos seus elementos e dos seus atributos.

- a) A imperatividade significa que a administração pública não poderá impor aos administrados, de forma unilateral, o cumprimento do ato administrativo, em vista do interesse público que representa
- b) A presunção de legitimidade implica que o ato administrativo tem presunção absoluta, inadmitindo-se prova em contrário.
- c) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- d) O objeto é o efeito jurídico imediato; a finalidade, o efeito mediato.

QUESTÃO 29

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I. As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública Indireta, quando atuarem na prestação de serviços públicos, responderão subjetivamente pelos danos causados pelos seus agentes a terceiros.
- II. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que comprovada a existência de dolo ou culpa do agente.
- III. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva e se baseia no risco administrativo.
- IV. O poder público não responde pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

Assinale a opção correta

- a) Apenas o item I e III estão certos.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão errados.

QUESTÃO 30

A "exoneração de um ocupante de cargo em comissão" é um exemplo de que tipo de poderes administrativos?

- a) Poder Vinculado.
- b) Poder Disciplinar.
- c) Poder Discricionário.
- d) Poder Regulamentar



QUESTÃO 31 | EP QUESTÕES 2023

Analisar as assertivas a seguir referentes ao Estatuto da Guarda Civil de Olinda.

- I. desenvolver ações relacionadas à segurança cidadã, observando o plano municipal de segurança, defesa social e direitos humanos, definido pelo Conselho Municipal de Direitos Humanos e pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM);
- II. atuar direta ou indiretamente na vigilância e monitoramento diurno e noturno, presencial ou eletrônico, dos próprios do Município, bem como de logradouros e vias públicas, de forma ostensiva, observado o princípio da prevenção;
- III. realizar, desde que esteja devidamente aparelhada, a segurança e transporte de valores dentro do município.

Nesse contexto, são competências da GCMO.

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

QUESTÃO 32 | EP QUESTÕES 2023

A Guarda Civil Municipal de Olinda – GCMO é composta por cargos organizados em carreira, cargos de provimento em comissão e por funções gratificadas e obedecerá à seguinte estrutura funcional, EXCETO:

- a) Aluno da Guarda Municipal - AGM
- b) Guarda Municipal – GM;
- c) Subinspetor da Guarda Municipal – SIGM;
- d) Inspetor da Guarda Municipal – IGM.

QUESTÃO 33 | EP QUESTÕES 2023

Analise as assertivas a seguir referentes ao Estatuto da Guarda Civil de Olinda.

- I. A ascensão para as classes de inspetor e de subinspetor se dará quando houver vacância dos cargos, sendo escolhidos os guardas municipais com maior pontuação no processo de avaliação de competência e desempenho funcional.
- II. O ingresso na carreira de guarda civil municipal dar-se-á no primeiro nível ou referência do cargo de guarda municipal, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público de provas ou títulos;
- III. Os Guardas Municipais terão acompanhamento médico-psicológico, na forma da lei.

Nesse contexto, está correta a alternativa:

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.

QUESTÃO 34 | EP QUESTÕES 2023

Analise as assertivas a seguir referentes ao Estatuto da Guarda Civil de Olinda.

- I. assessorar o Secretário de Segurança Urbana, bem como os seus secretários executivos, nas questões de sua competência;
- II. representar a Guarda Civil Municipal junto aos demais órgãos da Administração Pública, mediante determinação do Secretário de Segurança Urbana;
- III. observar as determinações dos supervisores de plantão e operações especiais e Chefes de Divisão;

Nesse contexto, são competência do Comandante da GCMO:

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

QUESTÃO 35 | EP QUESTÕES 2023

De acordo com o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Olinda, fica assegurado aos Guardas Municipais, subinspetores e inspetores uma gratificação de risco de vida de:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 36

Assinale a opção que apresenta o princípio norteador do processo penal abordado, precipuamente, pelo brocardo *audiatur et altera pars*.

- a) princípio do contraditório
- b) princípio da oralidade
- c) princípio da publicidade
- d) princípio da não autoincriminação
- e) princípio da presunção da inocência

QUESTÃO 37

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção correta.

- a) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
- b) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
- c) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
- d) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
- e) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

QUESTÃO 38

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) A polícia legislativa será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais de sua autoria.
- b) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial somente será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o juiz competente.
- d) Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- e) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 39

O inquérito policial é um processo administrativo presidido pela autoridade policial, apuratório e informativo, cujo prazo,

- a) em caso de crime comum, investigado no âmbito federal, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- b) em caso de crime comum, investigado no âmbito estadual, será de 15 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- c) em caso de crime contra a economia popular, será de 15 dias, em qualquer hipótese, mediante requisição da autoridade policial ao juízo competente.
- d) em caso de crime de responsabilidade, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período mediante requisição da autoridade policial.
- e) em caso de tráfico de drogas, será de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias quando solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.

QUESTÃO 40

Leia o caso a seguir.

Certa noite, uma pessoa não identificada, dizendo ser morador de uma pequena cidade do interior de Goiás, ligou para a delegacia local, denunciando um esquema de tráfico de drogas que estaria acontecendo em uma casa abandonada no bairro próximo. Ela relatou que havia observado um intenso movimento de pessoas estranhas entrando e saindo do imóvel e que isso estava deixando os moradores da região preocupados.

Seguindo o procedimento investigativo legalmente estabelecido a respeito da instauração de inquérito policial, o cauteloso delegado deve

- instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficiosidade.
- instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficialidade.
- iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a *notitia criminis* ser inqualificada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a *notitia criminis* ser de cognição forçada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- discricionariamente desqualificar a *notitia criminis*, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda o anonimato, além de que o inquérito policial, por sua natureza inquisitorial, não se sujeita ao princípio da oficiosidade.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

QUESTÃO 41

Uma mulher jovem, 20 anos de idade, com intenção de esconder a gravidez dos familiares, expulsa o conceito dolosamente do seu ventre na 25ª semana de gestação.

Perante a lei, como essa situação é caracterizada?

- Não é crime devido ao estado puerperal da mulher
- Não se pode qualificar como crime antes de uma avaliação psiquiátrica da mulher.
- Crime de infanticídio.
- Crime de homicídio.
- Crime de aborto.

QUESTÃO 42

Carlos, tomado por um ciúme doentio, motivador de constantes brigas com Débora, sua esposa, decidiu que a mataria. Certo dia, ao chegar em casa, viu que uma pessoa dormia no sofá e, julgando tratar-se de Débora, contra ela disparou, causando-lhe a morte. Ao aproximar-se do corpo, constatou que matara a própria filha, a quem muito amava.

Nesse caso, à luz das disposições trazidas pelo Código Penal, é correto afirmar que:

- Carlos deverá ser responsabilizado por homicídio culposo.
- Carlos praticou o crime de homicídio culposo, mas o juiz poderá deixar de lhe aplicar a pena.
- Carlos responderá por feminicídio, como se tivesse, em situação de violência doméstica, matado a própria mulher.
- Carlos é isento de pena, incidindo, na hipótese, uma excludente de ilicitude.
- Carlos é isento de pena, incidindo, na hipótese, defesa da honra.

QUESTÃO 43

“Uma mulher turca acusada de cortar o pênis de seu parceiro vai esperar dezoito meses até receber seu veredicto. O Tribunal aguarda para saber se o órgão reimplantado do homem ainda funciona. A acusada disse ao Tribunal que cortou fora o pênis do ex-companheiro e o jogou no telhado de um prédio vizinho, aproveitando-se da embriaguez da vítima, segundo o jornal.”

(Reportagem de Ayla Jean Yackley,

http://br.noticias.yahoo.com/s/reuters/090910/mundo/mundo_odd_turquia_peni_s

Caso esse fato ocorresse no Brasil, essa lesão corporal seria considerada:

- Gravíssima, independente do resultado do implante.
- Grave, se houver perda da função eretora ou reprodutora.
- Grave, caso ocorra recuperação parcial da função eretora e reprodutora, sem dano estético.
- Moderada, caso haja persistência da debilidade de ereção e preservação da função reprodutora.
- Leve, se houver recuperação total da função peniana, independente de dano estético.

QUESTÃO 44

Marcelo, irritado com Mônica, sua colega de trabalho, durante almoço com demais colegas da repartição pública onde trabalham, aproveitando-se da ausência de Mônica, espalha a informação de que ela, toda tarde, antes de voltar para a casa onde vive com seu marido, passa na casa de um outro homem, com quem mantém relações extraconjugais. Diante da situação hipotética descrita, Marcelo praticou, em tese, o crime de

- rixa.
- constrangimento ilegal.
- calúnia.
- injúria.
- difamação.

QUESTÃO 45

Carlos Eduardo, reincidente, no interior de uma farmácia, atuando de forma dolosa, colocou diversos produtos de higiene pessoal, avaliados em R\$ 500,00 dentro de sua mochila, deixando o estabelecimento comercial sem realizar o devido pagamento. No estacionamento, aproximadamente vinte metros após a entrada da farmácia, Carlos Eduardo foi abordado pelo segurança do local, o qual visualizou, pelas câmeras de segurança do estabelecimento, o ocorrido.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Carlos Eduardo:

- não responderá pelo delito de furto simples, considerando a incidência do princípio da insignificância, a afastar a tipicidade material da conduta;
- não responderá pelo delito de furto simples, por força do crime impossível pela impropriedade absoluta do objeto;
- não responderá pelo delito de furto simples, por força do crime impossível pela ineficácia absoluta do meio;
- responderá pelo delito de furto simples consumado;
- responderá pelo delito de furto simples tentado.

QUESTÃO 46

Joana, às 02 horas e 30 minutos, dirigia o seu veículo automotor pela via de rolamento, ocasião em que foi abordada por Tício, o qual, empregando uma faca, obrigou-a a pular para o banco do carona. Ato contínuo, Tício assumiu a condução do automóvel e encaminhou a vítima à agência bancária mais próxima, para que esta efetuasse o saque de valores pecuniários. A vítima, amedrontada, obedeceu às ordens de Tício, o qual se apossou de R\$ 1.000,00, após a ofendida inserir o seu cartão e a senha na caixa eletrônico.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de:

- a) extorsão qualificada, pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica, e majorado pelo emprego de arma;
- b) roubo qualificado, pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica, e majorado pelo emprego de arma;
- c) roubo duplamente majorado, pelo emprego de arma e pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica;
- d) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica;
- e) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica.

QUESTÃO 47

Dexter ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consistente em emprego de arma de fogo, determinou que os passageiros lhe entregassem os seus bens. Nesse contexto, três diferentes passageiros, sem qualquer vínculo entre si, entregaram os seus telefones celulares ao autor do delito, o qual, ato contínuo, evadiu-se.

Nesse cenário, considerando o disposto no Código Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Dexter responderá pela prática de:

- a) três crimes de roubo, qualificados pelo emprego de arma de fogo, em continuidade delitiva;
- b) três crimes de roubo, circunstanciados pelo emprego de arma de fogo, em concurso material;
- c) três crimes de roubo, circunstanciados pelo emprego de arma de fogo, em concurso formal;
- d) um crime de roubo, circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- e) um crime de roubo, qualificado pelo emprego de arma de fogo.

QUESTÃO 48

Luiz, maior e capaz, conheceu uma adolescente de 12 anos de idade, tendo conhecimento dessa informação. Após semanas de conversas, Luiz e a adolescente começaram a namorar, com a concordância dos genitores da infante. Após alguns meses, vizinhos descobriram os fatos e deram ciência às autoridades competentes. Durante as investigações, a adolescente narrou que não praticou conjunção carnal com Luiz, mas apenas outros atos, como beijos e carícias recíprocas nas partes íntimas. Disse, ainda, que todos os atos foram consentidos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Luiz:

- a) responderá pelo crime de estupro de vulnerável, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- b) responderá pelo crime de atentado violento ao pudor, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- c) não responderá por qualquer crime, considerando que havia o consentimento expresso dos genitores da infante, seus representantes legais;
- d) responderá pelo crime de importunação sexual, considerando que o consentimento da vítima, na espécie, é penalmente irrelevante;
- e) não responderá por qualquer crime, considerando que havia o consentimento expresso da vítima.

QUESTÃO 49

Gumercinda, ex-namorada de Hilma, por não se conformar com o fim do relacionamento amoroso entre elas, passa a importuná-la reiteradamente, ao longo do último mês, seguindo-a em locais públicos, indo a seu local de trabalho, telefonando para sua residência e mandando mensagens para seu celular.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Gumercinda cometeu:

- a) a contravenção penal de perturbação da tranquilidade;
- b) o crime de perseguição;
- c) o crime de violência psicológica contra a mulher;
- d) os crimes de perseguição e de violência psicológica contra a mulher;
- e) os crimes de constrangimento ilegal e ameaça.

QUESTÃO 50

Quanto aos crimes contra a administração pública, de acordo com o Código Penal:

- a) Configura-se resistência desobedecer a ordem legal de funcionário público;
- b) Configura-se corrupção ativa solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem;
- c) Configura-se desacato desobedecer a ordem legal de funcionário público;
- d) Configura-se prevaricação retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;
- e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.



QUESTÃO 51

A violência institucional é um tipo penal incluído recentemente na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869 de 2019), que possui algumas espécies de configuração, conforme a referida norma, devendo-se assinalar a alternativa que traz CORRETAMENTE uma dessas configurações:

- a) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.
- b) Agente público permitir que terceiro intimide vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização.
- c) Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.
- d) Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei.

QUESTÃO 52

No que concerne ao que está expresso no bojo da Lei n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), assinale a alternativa CORRETA.

- a) As penas restritivas de direitos não podem ser aplicadas cumulativamente.
- b) A condenação à perda do cargo está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- c) A pena de suspensão do exercício do cargo dar-se á sem a perda dos vencimentos.
- d) A inabilitação para o exercício de mandato não poderá ultrapassar o período de 4 (quatro) anos.

QUESTÃO 53

"A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça."

Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, o trecho apresentado é

- a) correto na íntegra, pois corresponde a um dispositivo legal.
- b) falso, pois é vedado o porte de arma à guarda municipal.
- c) falso, pois a concessão do porte de armas independe de formação funcional.
- d) falso, pois a supervisão é realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

QUESTÃO 54

Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, "possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa" implica pena

- a) reclusão, de um a dois anos, e multa.
- b) reclusão, de um a três anos, e multa.
- c) detenção, de um a dois anos, e multa.
- d) detenção, de um a três anos, e multa.

QUESTÃO 55

Conforme a Lei n.º 11.340/2006, art. 5º, existem âmbitos específicos para se configurar a violência doméstica e familiar contra a mulher (baseada no gênero). Sobre esses âmbitos, julgue as sentenças em V (verdadeiras) ou F (falsas).

- () No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
- () No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
- () Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, vinculado à coabitação.
- () A orientação sexual é fator determinante para a classificação das relações pessoais.

Assinale a alternativa que corresponde à sequência CORRETA.

- a) V-V-V-V.
- b) V-F-V-F.
- c) V-V-F-F.
- d) F-F-V-V.

QUESTÃO 56

A promulgação da Lei n.º 11.340/06, denominada popularmente de Lei Maria da Penha (LMP), representou um marco decisivo no contexto de repressão e penalização das condutas de violência contra a mulher. Sobre o tema, analise os itens.

- I. Concernente à equipe multidisciplinar, a legislação regulamentar que deve ser composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, sendo o assistente social um destes profissionais.
- II. A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher partiu da promulgação da referida lei, em substituição aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os quais trabalhavam com a questão da violência contra a mulher.
- III. Em seu art. 17, a referida lei estabelece que é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas o item I é correto.
- b) Apenas o item II é correto.
- c) Apenas o item III é correto.
- d) Os itens I, II e III são corretos.

QUESTÃO 57

A Lei n.º 11.343/2006, que traz políticas públicas sobre drogas e pessoas envolvidas neste âmbito, prevê duas espécies de internação para usuários ou dependentes de drogas: voluntária e involuntária. Sobre a modalidade involuntária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Deve ser realizada após a formalização da decisão por médico plantonista, logo após o primeiro atendimento.
- b) Será indicada de maneira preventiva, antes da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.
- c) Perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- d) A família ou o representante legal poderá, após 90 (noventa) dias, requerer à autoridade judiciária a interrupção do tratamento.

QUESTÃO 58

A proibição no território nacional das drogas e do plantio, da cultura, da colheita e da exploração de vegetais e substratos dos quais elas possam ser extraídas ou produzidas não é novidade em nosso direito. Isso já ocorria nas legislações anteriores. Sobre a Lei Federal Nº 11.343/2006 (Lei das Drogas), marque o item INCORRETO:

- a) Muitos dos vegetais que podem ser empregados para a produção de drogas igualmente podem servir de matéria-prima para a elaboração de remédios ou serem usados em experimentos científicos.
- b) Assim, mediante autorização legal ou regulamentar, e sempre com acirrado controle, podem ser plantadas, colhidas e exploradas.
- c) A citada Lei das Drogas ressalva a possibilidade do plantio, da colheita, da cultura e da exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas quando houver autorização legal ou regulamentar.
- d) Porém não há nenhum tipo de ressalva ou permissão sobre Substâncias Psicotrópicas, a respeito de plantas de uso estritamente religioso.

QUESTÃO 59

Consoante os ditames da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
- c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- d) As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

QUESTÃO 60

Assinale a alternativa que contenha conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

GUARDA MUNICIPAL OLINDA PROVA DISCURSIVA/REDAÇÃO

NO BRASIL, UMA MULHER É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA A CADA QUATRO HORAS

O boletim *Elas vivem: dados que não se calam*, lançado nesta segunda-feira (06) pela Rede de Observatórios da Segurança, registrou 2.423 casos de violência contra a mulher em 2022, 495 deles feminicídios.

São Paulo e Rio de Janeiro têm os números mais preocupantes, concentrando quase 60% do total de casos. Essa foi a terceira edição da pesquisa feita em sete estados: Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí, os dois últimos monitorados pela primeira vez.

Os dados são produzidos a partir de monitoramento diário do que circula nos meios de comunicação e nas redes sociais sobre violência e segurança. As informações coletadas alimentam um banco de dados que posteriormente é revisado e consolidado pela rede.

O estado de São Paulo registrou 898 casos de violência, sendo um a cada 10 horas, enquanto o Rio de Janeiro teve uma alta de 45% de casos, com uma mulher vítima de violência a cada 17 horas. Além disso, os casos de violência sexual praticamente dobraram, passando de 39 para 75 no Rio de Janeiro.

A Bahia mostrou aumento de 58% de casos de violência, com ao menos um por dia, e lidera o feminicídio no Nordeste, com 91 ocorrências. O Maranhão é o segundo da região em casos de agressões e tentativas de feminicídio. Já Pernambuco lidera em violência contra a mulher e o Ceará deixou de liderar nos números de transfeminicídio, mas teve alta nos casos de violência sexual. O Piauí registrou 48 casos de feminicídio.

A maior parte dos registros nos estados que fazem parte do monitoramento tem como autor da violência companheiros e ex-companheiros das vítimas. São eles os responsáveis por 75% dos casos de feminicídio, tendo como principais motivações brigas e terminos de relacionamento.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/no-brasil-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-cada-quatro-horas>, acesso em 06/07/2023

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que se discuta ***A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira***, do ponto de vista de um agente do serviço público que atua na esfera do cargo ao qual concorre.

FOLHA DEFINITIVA DE REDAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



SIMULADÃO GUARDA OLINDA-PÉ



1.C

2.D

3.C

4.D

5.A

6.D

7.A

8.B

9.A

10.C

11.C

12.A

13.B

14.E

15.C

16.A

17.C

18.B

19.A

20.B

21.D

22.B

23.C

24.B

25.A

26.D

27.C

28.D

29.B

30.C

31.D

32.A

33.D

34.D

35.D

36.A

37.B

38.E

39.E

40.C

41.E

42.C

43.C

44.E

45.D

46.A

47.C

48.A

49.B

50.D

51.B

52.B

53.A

54.D

55.C

56.D

57.C

58.D

59.D

60.D